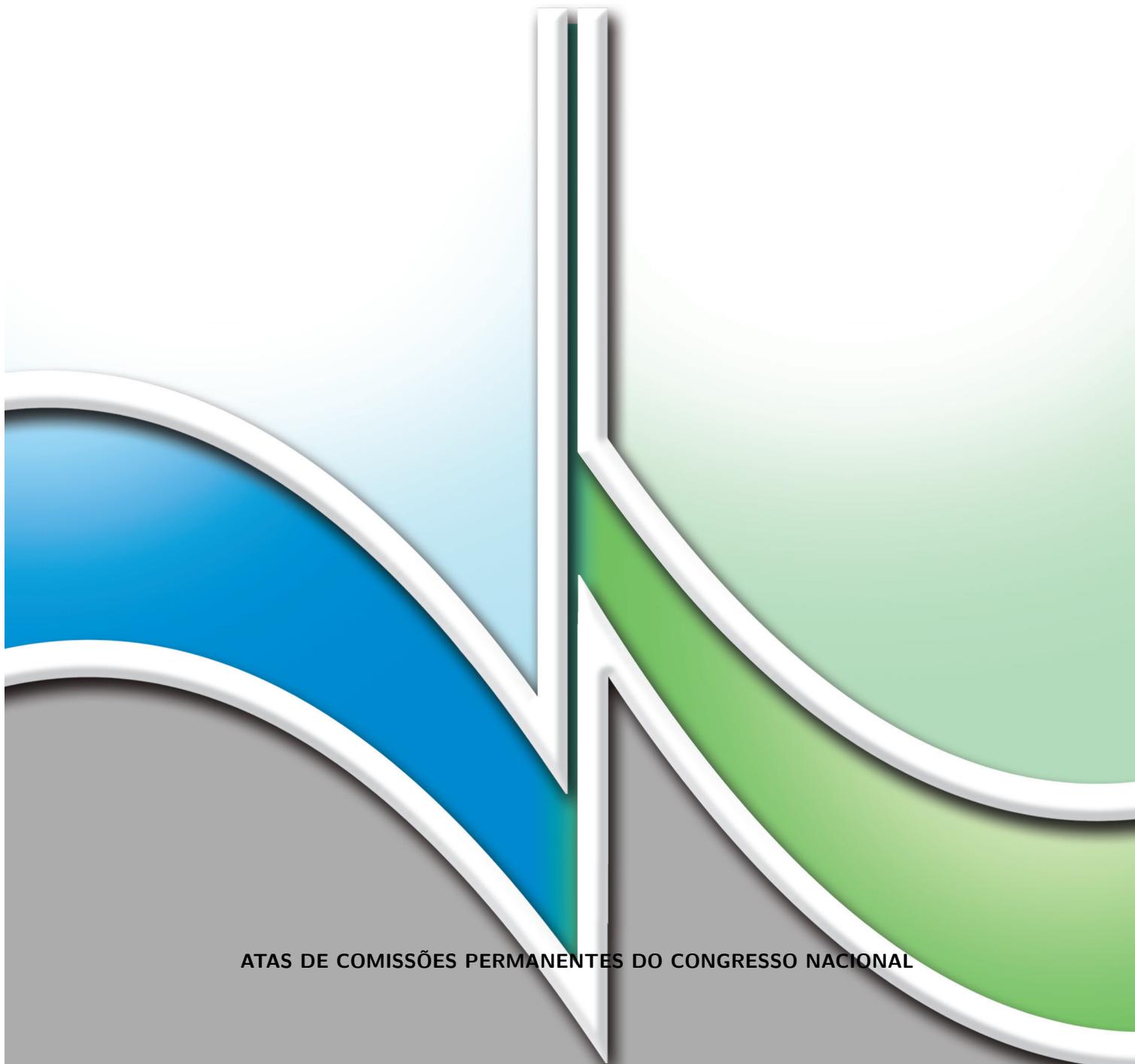




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXII SUP. A AO Nº 25, QUINTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2017



ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Deputado JHC (PSB-AL)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)

1º Vice-Presidente

Deputado André Fufuca (PP-MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)

1º Secretário

Deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)

2ª Secretária

Deputado JHC (PSB-AL)

3º Secretário

Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
- 2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
- 4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Dagoberto (PDT-MS)
- 2º - Deputado César Halum (PRB-TO)
- 3º - Deputado Pedro Uczal (PT-SC)
- 4º - Deputado Carlos Manato (SD-ES)



Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 7^a Reunião, realizada em 5 de julho de 2017. 4

1.2 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ata da 2^a Reunião, realizada em 5 de julho de 2017. 14





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA À DELIBERAÇÃO SOBRE AS EMENDAS DA COMISSÃO AO PLN Nº 1/2017 (PLDO 2018), E À APRECIAÇÃO DE REQUERIMENTOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE JULHO DE 2017, ÀS 14H, NO PLENÁRIO N° 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezessete, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Regina Sousa, Maria do Carmo Alves, Humberto Costa, Paulo Rocha, Magno Malta, Otto Alencar, Vanessa Grazziotin; e dos Deputados Sergio Souza, Josi Nunes, Simão Sessim, Otavio Leite, Eros Biondini, Thiago Peixoto e Carlos Gomes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Reunião de Trabalho, à discussão e votação das Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017 (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018), e à apreciação dos Requerimentos nºs 6 e 7 de 2017, de autoria dos Deputados Sergio Souza e Otavio Leite, respectivamente. A Presidência dá início à Reunião e passa à apreciação do Requerimento nº 7 de 2017, de autoria do Deputado Otavio Leite, que “solicita seja convidada a Sra. Suzana Kahn - Presidente do Comitê Científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas para participar de audiência pública”. O Presidente passa a palavra ao autor do Requerimento, Deputado Otavio Leite. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, é aberta a votação do Requerimento. Aprovado por unanimidade. Após, passa-se à apreciação das propostas de Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017, apresentadas no âmbito desta Comissão. Autoria do Projeto: Presidência da República. Relator das Emendas na Comissão: Senador Jorge Viana. A Presidência informa que foi aberto prazo para apresentação das propostas de Emendas entre os dias 29 de junho e 4 de julho de 2017. O Presidente comunica que foram apresentadas 7 (sete) Emendas ao Projeto perante a Comissão, e procede à leitura do relatório que conclui pela apresentação de 2 (duas) Emendas. Usa da palavra para discutir o Senador Fernando Bezerra Coelho. Em votação o Relatório. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as seguintes Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017, (PLDO 2018) a seguir relacionadas: Emenda



nº 3- CMMC – EMENTA: Emenda Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CN; PROGRAMA: 2050 – Mudança do Clima; AÇÃO: 20W1 – Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre o Clima; ACRÉSCIMO DA META: 10; INICIATIVA: Deputado Nilto Tatto; Emenda nº 7-CMMC - EMENTA: Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle de Desmatamento; PROGRAMA: 2050 – Mudança do Clima; AÇÃO: 20VU – Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle de Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios; ACRÉSCIMO DA META: 27; INICIATIVA: Senador Jorge Viana. A Presidência informa que há, ainda, sobre a Mesa, o Requerimento nº 6 de 2017, de autoria do Deputado Sergio Souza, que requer a realização de Audiência Pública para “avaliar e debater o tema Agricultura Sustentável no Brasil”. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, é aberta a votação do Requerimento. Aprovado por unanimidade. Extrapauta, o presidente apresenta o Requerimento nº 8, de sua autoria, que propõe a realização de audiência pública para a avaliação do Código Florestal. O Requerimento nº 8 é aprovado. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas das reuniões anteriores e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jorge Viana, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador JORGE VIANA
Presidente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www.youtube.com/watch?v=ieO-Q2Sp_Q4

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião será dividida em duas partes. Na primeira, deveremos fazer deliberações sobre as emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (Projeto de Lei nº 1/2017-CN) relativas à Lei Orçamentária de 2018. Também vamos fazer a apreciação de requerimentos. Temos dois requerimentos na pauta. E vou fazer uma inversão. Aproveitando a presença do Deputado Otavio Leite, nós vamos fazer a apreciação de requerimentos. Depois, também devo apresentar um requerimento, porque é importante que todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado e aqui nesta Comissão...

Estamos numa semana, num período excepcional, quando nos reunimos para deliberar sobre a LDO. Na deliberação sobre a LDO, nós temos que apresentar emendas de redação ou de texto, que podem ser apresentadas em maior número, mas também, como estabelece o Regimento do Senado Federal e o Regimento Comum, Senado e Câmara, porque também sou membro da Comissão Mista de Orçamento, nós temos que ouvir a opinião de cada comissão. É o que vamos fazer hoje.

Preparei e recepционei as propostas de emendas dos vários componentes desta Comissão, Senadoras, Senadores, Deputadas e Deputados e hoje trago para esta reunião o relatório, que será apreciado nessa inversão de pauta como o segundo... Pelo menos vou



anticipar, para atender ao compromisso do Deputado Otavio Leite, a apreciação de um requerimento que ele traz, mas logo em seguida vou fazer a leitura do relatório em que estão definidas as duas emendas, conforme estabelece o Regimento, que serão encaminhadas para a Comissão Mista de Orçamento, para que possam compor um aperfeiçoamento da LDO. No caso, como Presidente da Comissão e como Relator, entendo que, por se tratar da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, nós precisamos ter uma ação mais forte, mais efetiva na tentativa de controle e redução do desmatamento.

Vou explicar daqui a pouco que o Brasil tem um compromisso assumido no acordo do clima e se destacou também por estar, nos últimos anos, reduzindo as emissões, mas está havendo, nos últimos dois anos, um aumento do desmatamento, o que compromete inclusive o cumprimento das metas por parte do Brasil. Então, logo mais nós vamos apreciar isso.

Nesse momento, queria passar a palavra para que o Deputado Otavio Leite possa fazer a leitura do requerimento em que apresenta uma sugestão de audiência pública para esta Comissão.

ITEM 2

REQ. COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 7, de 2017

- Não terminativo -

Solicita seja convidada a Sra Suzana Kahn, Presidente do Comitê Científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, para participar de audiência pública.

Autoria: Deputado Otavio Leite.

Com a palavra V. Ex^a, Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) – (Fora do microfone.) Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Queria, preliminarmente, me pronunciar acerca do vosso relatório sobre as sugestões de emendas à LDO, sendo certo que, com as ponderações prévias que me fizestes, estou plenamente de acordo. São sete. Temos que migrar para duas. A prioridade é fazer com que o País tenha os meios necessários para cumprir suas responsabilidades em face dos tratados internacionais e da convenção de mudanças climáticas da qual somos signatários. Então, quero inicialmente expressar o meu apoio ao seu relatório.

Quanto ao requerimento propriamente dito, eu queria informar a esta Comissão que ele é proveniente de uma preocupação que me adveio quando da leitura de uma matéria na *Folha de S.Paulo*, no dia 5 de junho de 2017, consubstanciando elementos e dados trazidos pela Sra Suzana Kahn, Presidente do Comitê Científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, no bojo de uma reflexão sobre o drama das mudanças climáticas, o drama ambiental.

A matéria revelava um estudo que aponta uma preocupação muito grande com o aquecimento global e a elevação dos mares numa perspectiva de vir a afetar, entre as 42 regiões metropolitanas do Brasil, 18, que são localizadas em zona costeira.

É preciso, realmente, levar muito a sério essas observações, que têm substância científica, para que, ainda a tempo, o País possa se preparar ou mitigar ou minimizar ou, se possível, evitar problemas maiores que podem afetar essas regiões, suas populações, sua economia e por aí vai.

Vivemos tempos muito preocupantes, que prosseguem preocupantes. Eu confesso a vocês que, no jornal matinal na TV, me chamou demais a atenção que hoje, em algumas cidades do norte dos Estados Unidos, não se podem mais levantar aviões. Os aviões não levantam voo dada a temperatura que vai a 50 graus. O ar fica fino de tal ordem que não proporciona a impulsão para o equipamento levantar voo. São sinais, e novos sinais, que chamam muito a nossa responsabilidade, porque esse é um drama que a civilização nessa quadra vive. Eu fico a imaginar o que não será nos anos vindouros.

Portanto, esta Comissão poderia ter, nesta audiência pública, informações bem preciosas sobre o conteúdo e a profundidade desses estudos. Isso se conecta, fundamentalmente, com os propósitos maiores da Comissão. Daí a sugestão que apresentei



para que possamos fazer uma audiência pública, convidando a Sra Suzana Kahn a fim de que ela possa nos revelar com mais detalhamento o conteúdo desses estudos.

De modo que são esses os fundamentos, Sr. Presidente, que me levaram a propor essa sugestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Deputado.

Queria agradecer a presença também do Senador Fernando Bezerra, que é um comprometido não com esta Comissão, mas com esta causa e tem dado uma extraordinária contribuição sempre.

Eu estou fazendo uma inversão, Senador Fernando Bezerra, por conta de compromisso que o Deputado Otavio Leite tem, para apreciarmos esse requerimento que ele acaba de apresentar, que eu havia incluído na pauta, que trata de termos uma audiência e estarmos fazendo referência sobre as questões que os próprios Estados Unidos estão vivendo, mesmo depois de um mês atrás o Presidente Trump ter feito uma declaração de que vai tirar ou está tirando os Estados Unidos do Acordo do Clima. Nós estamos vendo... Eu vi reportagem sobre Las Vegas também. Agora V. Ex^a traz do Estado do Arizona, onde aviões deixam de voar pelo elevado grau das temperaturas. Isso compromete a segurança de voo. Quer dizer, imaginem: são centenas ou milhares de voos suspensos nos Estados Unidos por conta do aumento da temperatura. E a comunidade científica fala que isso pode se agravar.

Então, nós podíamos pôr em apreciação. Eu passo à apreciação e retomamos aqui, com a chegada também do Senador Fernando Bezerra, a pauta nossa para deliberarmos sobre as emendas.

Ponho em discussão o requerimento do Deputado Otavio Leite. (*Pausa*.)

Não há quem queira discutir, encerrada a discussão.

Ponho em votação.

As Sras Senadoras, Senadores, Deputadas e Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o requerimento, que propõe a audiência pública.

Obrigado, Deputado.

Vou fazer agora a apreciação do item 1 da pauta desta reunião extraordinária, que, como já disse, tem como propósito a apreciação de emendas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018.

A partir de agora, então, apreciamos o item 1 da pauta, destinada à apreciação das propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2018 (Projeto de Lei nº 1/2017-CN), apresentadas no âmbito da Comissão.

A Presidência informa que o prazo para apresentação das propostas de emenda foi do dia 29 de junho até 4 de julho. Esgotado o prazo, foram apresentadas sete sugestões de emendas, que se encontram disponíveis na página da Comissão Mista Permanente sobre Mudança Climática no portal das comissões. Informo que este ano a Comissão poderá apresentar apenas duas emendas. Isso é também, de certa forma, uma conquista, porque as comissões mistas, há algum tempo, não apresentavam emendas e, agora, têm a prerrogativa constitucional de poder apresentar emendas.

Eu queria fazer uma exposição do relatório que apresentamos, Senador Fernando Bezerra, e da mudança que eu mesmo estou propondo, porque nós tivemos, nos últimos dois anos, um aumento do desmatamento. E esse aumento do desmatamento compromete o cumprimento das metas por parte do Brasil nas metas de redução das emissões para que o Brasil possa também implementar o Acordo do Clima, os compromissos assumidos. E uma das emendas, conforme V. Ex^{as}s e todos que nos acompanham vão poder ver, é diretamente voltada para a redução do desmatamento, que é o que mais impacto negativo nos trouxe. E a redução do desmatamento nos últimos dez anos foi o que mudou para melhor a posição do Brasil diante do mundo em relação às emissões.

Passo ao relatório.



Em obediência ao disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 01, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 01, de 2017-CN, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências”.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO 2018) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (Constituição Federal, art. 165, §2º).

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2018, constantes da citada Resolução nº 01/2006-CN e no parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 da Resolução, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva, entre emendas de texto e até duas emendas ao anexo de metas e prioridades. Ou seja, não há limitação para emendas de texto, mas há limitação de apenas duas emendas que tratam de metas e prioridades.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do PLDO 2018: a) Texto do Projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2018; d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; e) Anexo IV.1.a – Anexo de Metas Anuais 2018 a 2020; e f) Anexo IV.2 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Não há limite ao número de emendas ao texto, como afirmei.

O anexo de prioridades e metas poderá ser alterado por meio de emendas de cancelamento ou de acréscimo das respectivas metas ou de inclusão de ação e meta constante das Leis Orçamentárias para 2016 e 2017 – sempre fazendo referência aos anos anteriores. A apresentação de emenda para acréscimo de meta ou para inclusão de ação nesse anexo deve observar o limite de duas emendas por comissão mista permanente do Congresso Nacional e estar acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão.

Os membros desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas ofereceram sete sugestões de emenda, conforme anexo de prioridades e metas.

Então, esse é o relatório.

Meu voto, Sr. Presidente, Sr. Senador. E faço essa apresentação do voto na condição de Relator e Presidente da Comissão. Deveria ter compartilhado com V. Exª, Senador Fernando Bezerra.

Todas as emendas sugeridas cumpriram os critérios de aderência às competências desta Comissão e apresentaram inequívoco mérito quanto a sua relevância para o tratamento da crítica questão mundial relacionada à mudança climática, como nós comentamos há pouco.

Em face das restrições regimentais, somos instados a indicar apenas duas dentre as propostas de emenda ao anexo de prioridades e metas. Como critério para indicação das sugestões a serem acolhidas, propomos os seguintes aspectos: (i) acolher propostas de Deputados e Senadores, honrando o caráter misto deste colegiado; e (ii) priorizar ações que anorem o cumprimento do Acordo de Paris, o Acordo do Clima, firmado na 21ª Conferência das Partes (COP21) das Nações Unidas.

Como é do conhecimento de todos os membros desta Comissão, o alcance dos objetivos pretendidos pela citada conferência está condicionado à implantação efetiva dos compromissos assumidos por cada um dos países signatários. No caso brasileiro, tais compromissos objetivam a redução de emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, isso ocorrendo até 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Ou seja, o Brasil tem duas metas: 37% de emissão de redução, com base em 2005, até 2025; e, com base em 2005 também, redução de 43% das emissões até 2030.



Para isso, o Brasil se compromete a aumentar a participação de bioenergia sustentável de sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada em 45% de energia renovável na composição da matriz energética até 2030.

É possível, aqui, fazer algum comentário, mas eu deixo para a parte final, e certamente o Senador Fernando Bezerra deve também querer fazer alguma apreciação.

Em vista disso, é nosso entendimento que as metas acolhidas por esta Comissão se reportem, tão diretamente quanto possível, ao cumprimento do Acordo de Paris e fortaleçam as estratégias diretamente voltadas para seus objetivos.

É o caso da Emenda nº 3, que contempla a ação 20W1 – Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre o Clima, com meta de dez unidades de políticas implementadas; e da Emenda nº 7, referente à ação 20VU – Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle de Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios, com meta de 27 unidades de políticas estabelecidas, restando as demais emendas rejeitadas, em que pesem o elevado valor e o propósito.

Acatada a posição deste relatório, deve esta Comissão, na sequência, formalizar a decisão em ata e apresentar as emendas aprovadas à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

O relatório, Senador, todos que nos acompanham, é o que apresento. E, de fato, nós estamos trazendo duas emendas, dentre as sete. Uma foi apresentada pelo Deputado Nilto Tatto – e nisso buscamos esse equilíbrio entre Câmara e Senado, que compõem esta Comissão Mista –, que trata das iniciativas para implementação da política nacional sobre clima. E a novidade que trago...

E queria até informar o Deputado Carlos Gomes, que acaba de chegar e nos dá o privilégio da presença, e o Senador Fernando Bezerra que, de fato, hoje a sociedade civil, as entidades não governamentais, a imprensa, todos nós nos perguntamos o que fazer diante dessa tendência de retomada do desmatamento na Amazônia, com dois anos seguidos de incremento de desmatamento, que chegou a 2 mil quilômetros quadrados; nesse ano passado, em 2016, por conta do período em que é medido, alcançou 7.890 quilômetros quadrados. Quer dizer, é um crescimento muito significativo; muda a tendência de redução do desmatamento. E eu penso que essa emenda que eu apresentei pode socorrer, inclusive, o Ministério do Meio Ambiente, os Estados e os Municípios, para que possam ter recursos e ter definido como prioridade o combate ao desmatamento.

Isso é uma novidade que nós estamos trazendo, porque, quando havia uma redução do desmatamento, nós podíamos financiar projetos visando mitigar a emissão de gases, trabalhando com outras matrizes de energia. Mas agora nós estamos diante de um grande desafio que é inverter essa tendência de aumento do desmatamento.

Hoje mesmo, eu participei, Senador Fernando Bezerra, na Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente, na Câmara dos Deputados, de um seminário, de uma reunião, para avaliarmos os cinco anos do Código Florestal. E a notícia é fantástica, veja: o Brasil está se propondo a recompor de floresta, ou plantar, 12 milhões de hectares de floresta – 12 milhões! Meu Estado tem 16 milhões de hectares, o Acre – para se ter a dimensão do que são 12 milhões. É recompor um Acre.

Mas a notícia extraordinária que eu pude receber hoje na hora em que os responsáveis pela implementação do Código, que trabalham com o CAR (Cadastro Ambiental Rural) falaram é que, pela primeira vez, esse número surgiu: mais de 4 milhões de propriedades já foram cadastradas, já estão digitalizadas. Isso envolve mais de 400 milhões de hectares no Brasil. Isso é uma coisa fantástica! Ele me falava que fazendo, então, a implementação do CAR, há, como consequência, que o Código previu para programa de regularização ambiental. Quer dizer, você voluntariamente vai lá, põe sua propriedade, digitaliza e vê se você tem algum passivo ambiental nela. Quando você identifica, se for 2 hectares, 5 hectares, 100 hectares, 200 hectares, isso vai tudo para um banco de dados real, concreto, porque tem que haver uma



adesão formal do proprietário de que ele vai recompor aquilo, fazendo compensação ou trazendo de volta aquelas áreas de florestas especiais – porque estão sempre em nascentes, são florestas protetoras de rios, de encostas, enfim...

E a notícia é fantástica. Nós, na época do Código – eu e o Senador Luiz Henrique, um querido amigo, especial, que nos ajudou a fazer o novo Código Florestal –, tínhamos a ideia de 15 a 17 milhões de hectares de recomposição com a implementação do Código, e já está alcançando agora 28 milhões de hectares. Então, o Brasil vai cumprir com folga essa meta dos 12 milhões; são 28 milhões de hectares de floresta nativa, nos lugares mais sensíveis.

Eu estou falando do bioma amazônico, Senadora Regina...

A SR^a REGINA SOUSA (PT - PI. *Fora do microfone.*) – Estou inscrita ali para debater a reforma trabalhista...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Seja bem-vinda.

Estamos aprovando as emendas da Comissão.

E eu acho algo extraordinário, diante da notícia ruim do aumento do desmatamento, termos essa notícia ótima. Se nós reduzirmos essa tendência do desmatamento, certamente o Brasil vai poder chegar a fazer alguma compensação, quem sabe, pelo não cumprimento de meta por nações como os Estados Unidos e cobrar por isso.

Então, eu passo para V. Ex^a, para que possamos fazer uma brevíssima discussão, mas o tempo é o que V. Ex^a necessitar, para depois fazermos a aprovação do relatório.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB - PE. Para discutir.) – Meu caro Presidente, meu caro Relator, é com muita alegria que participo desta reunião, quando V. Ex^a traz à apreciação desta Comissão as sugestões de emendas a serem priorizadas pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Quero aqui o cumprimentar pelo acerto da sua decisão, no sentido de priorizar ações que possam dar respaldo àquilo que pactuamos em Paris, ou seja, os compromissos assumidos pelo Governo brasileiro, pelo Estado brasileiro, através dessas ações que V. Ex^a aqui acaba de especificar. Criam, portanto, instrumentos para respaldar esses compromissos.

Portanto, quero dar aqui o meu "de acordo", o meu reconhecimento pelo acerto da escolha dessas duas emendas prioritárias, como também pela sensibilidade de V. Ex^a, que representa não só o Estado do Acre, mas representa todo Brasil, em particular a Região Norte. V. Ex^a, percebendo a ameaça que isso pode se configurar, com a ampliação do desmatamento ocorrido nesses últimos dois anos, prontamente já coloca como prioritárias ações que possam reforçar o papel do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, dos governos estaduais, dos Municípios, para que a gente não perca aquele ritmo em que o Brasil vinha, nos últimos anos, de reduzir gradualmente. E uma outra das metas pactuadas em Paris é chegar ao desmatamento zero; para isso, certamente, vai precisar do envolvimento de todos os entes federados, tanto dos Municípios, quanto dos Estados, quanto da União e da sociedade civil organizada.

Portanto, a minha palavra aqui é para respaldar o seu relatório e para cumprimentá-lo pela escolha das emendas prioritárias desta Comissão.

Mas também, ao lado dessa boa notícia da avaliação dos primeiros cinco anos da aplicação do Código Florestal, temos essa notícia que vem da boa utilização do Cadastro Ambiental, que já se vislumbra a perspectiva de uma recuperação de muito mais do que os 12 milhões que pactuamos em Paris, e que, muitas vezes, na imprensa, isso é colocado como uma coisa difícil, inalcançável. Eu tenho lido diversos artigos que têm saído até em jornais...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – É porque, olha, até hoje, em 500 anos, o Brasil plantou 6 milhões de hectares – está chegando perto de 7 milhões. Em 500 anos, é tudo que nós plantamos até hoje de floresta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB - PE) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Nós estamos falando de 12 milhões; é um número realmente muito grande, mas possível.



O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB - PE) – É o desconhecimento desse novo instrumento, que foi, digamos assim, elaborado, criado aqui, no Parlamento Nacional, que será, portanto, o grande instrumento para o alcance dessa importante meta, e que nos colocará numa posição de liderança nessa agenda ambiental.

Eu quero trazer também uma outra boa notícia. Um dos compromissos que V. Ex^a acaba de ler aqui é no sentido de nós defendermos uma posição cada vez mais expressiva das energias renováveis na matriz energética brasileira. E, nesse mês de junho passado, o Ministro de Minas e Energia anunciou a implantação – inclusive o início das obras para a implantação – do Centro brasileiro de Referência em Energia Solar, na cidade de Petrolina.

Serão investidos R\$150 milhões em pesquisas para o desenvolvimento de materiais, como painéis fotovoltaicos, como todos os demais componentes da indústria de energia solar, no sentido de a gente produzir aqui esses insumos e esses componentes, e que vai contar com a participação de toda a academia brasileira, a participação das universidades de Pernambuco, do Ceará, do Piauí, da Bahia; as universidades do Rio de Janeiro, de São Paulo; portanto, criando uma massa de inteligência e de conhecimento voltada para que a gente possa, assim como fizemos na energia eólica... Hoje, no Nordeste, já se produz mais energia a partir dos ventos do que a partir das águas, da hidroelectricidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Inclusive, só não vamos ter racionamento ou uso de energia com base de combustível fóssil, por conta da instalação, que há no Nordeste, de energia eólica, o que é uma conquista fantástica para o País.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB - PE) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Agora se tem que avançar na solar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB - PE) – Agora, na energia solar. A energia solar nós vamos começar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Eu fico feliz e cumprimento o Ministro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB - PE) – A outra notícia que eu queria também trazer é o anúncio, já feito pelo Ministério de Minas e Energia, de que, havendo necessidade da compra de energia para atendimento da demanda futura – isso, porque, como todos sabem, o Brasil mergulhou, em dois anos, em recessão severa, o que terminou gerando um dos grandes problemas do setor elétrico, que é a sobrecontratação.

Mas, com o fim da recessão, com o início da recuperação econômica – neste ano, já há perspectiva de um crescimento ainda tímido, mas em torno de 0,4%, 0,5% do PIB –, já se está fazendo conta para a necessidade de energia a partir da retomada econômica e da decisão do Ministério de Minas e Energia de que essa necessidade para os próximos cinco anos, todas elas serão contratadas a partir de fonte renovável: energia solar ou energia eólica ou energia de biomassa.

E, para, digamos assim, fechar aqui a minha fala com notícias alvissareiras e positivas, ligadas ao tema desta Comissão, até em função dessa crise fiscal que o Estado brasileiro está vivenciando, nós estamos acreditando – e acho que esta Comissão deveria se empenhar, para que, se o Governo tiver que adotar alguma medida de aumento de tributo, de aumento de impostos, isso venha na forma do aumento da Cide, porque isso reanimará a produção de etanol no Brasil.

Nós estamos com a indústria de etanol com diversas unidades fechadas, paralisadas, e isso poderá significar maior competitividade para a indústria de etanol, inclusive evitando-se que continuemos com essa importação exagerada do etanol de milho americano, que tem entrado no Brasil e, sobretudo, prejudicado a produção de etanol do Nordeste brasileiro.

Portanto, eu alimento a expectativa positiva de que, nos próximos dias, caso haja necessidade de ampliação da receita pública federal, isso se dê através do aumento da Cide, porque vai ajudar também nesses compromissos que o Governo brasileiro assumiu em Paris.

Portanto, são essas as minhas observações. E, mais uma vez, parabenizo V. Ex^a pela qualidade do relatório que acaba de apresentar.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra. Agradeço.

V. Ex^a, de fato, tem um compromisso com essa causa que trabalhamos, que é a causa de buscar um mundo mais sustentável, de buscar a efetivação da economia de baixo carbono.

Como não há mais inscritos para discutir, está encerrada a discussão.

Ponho em apreciação o relatório que sugere as duas emendas, conforme leitura.

As Sras e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Ficam rejeitadas as demais emendas.

As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamentos.

Eu queria só... Senador, ainda há um requerimento do Deputado Federal Sergio Souza.

ITEM 1

REQ. COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Requerimento de Audiência Pública para avaliar e debater o tema: Agricultura Sustentável no Brasil.

Autoria: Deputado Sergio Souza.

Participação dos seguintes convidados: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas, Everton; o Presidente da Cocamar, Luiz Lourenço; e o Presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes.

Eu queria, extrapauta, aqui, verbalmente, fazer uma sugestão – para deixarmos aprovada juntamente com esse – de trazermos para cá o debate que vi na Câmara hoje, que seria a avaliação dos cinco anos da implementação do Código Florestal – a quantas anda – e nos apropriarmos desses números, que têm uma relação direta com o cumprimento das metas assumidas pelo Brasil no acordo do clima em Paris, 2015, o que acho muito, muito importante.

Vou propor, inclusive, que seja uma reunião conjunta com a Comissão de Agricultura do Senado e a Comissão do Meio Ambiente do Senado, para que se possa ter aqui uma exposição de como anda o Cadastro Ambiental Rural...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB - PE) – Inclusive, Estado por Estado, até para que a gente possa pressionar os nossos respectivos Estados a avançar na implantação do Cadastro Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Exatamente. Acho que incorporamos, então, esse adendo.

E não tenho dúvida de que deve ser a primeira audiência que vamos fazer no segundo semestre, com a volta dos trabalhos aqui, na Comissão, em que vamos avaliar.

E posso afirmar: o Brasil tem um instrumento muito poderoso, que é o novo Código Florestal, com o Cadastro Ambiental Rural, que fez uma pacificação entre quem produz, quem cria no Brasil, com quem quer a conservação e a preservação do meio ambiente.

Mas, mais do que isso, é um instrumento muito poderoso, que, se implementado, certamente fará frente a esse crescimento do desmatamento.

Então, ponho em apreciação, conjuntamente, esses dois requerimentos: esse, de minha autoria – e posso contar com a assinatura de V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra –, e o outro, do Deputado Sergio Souza.

Espero, então... Dou como aprovados esses dois requerimentos.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação das Atas das reuniões anteriores e da presente reunião.

As Sras e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovadas.

As Atas serão encaminhadas à publicação.



Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2017, NO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e quarenta e nove minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezessete, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Elcione Barbalho, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Angela Portela, Regina Sousa, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Fátima Bezerra; dos Senadores Ronaldo Caiado e Airton Sandoval; das Deputadas Elcione Barbalho, Conceição Sampaio, Luizianne Lins, Dâmina Pereira, Keiko Ota, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Flávia Morais, Carmen Zanotto, Dulce Miranda e Erika Kokay; e dos Deputados Newton Cardoso Jr, Aelton Freitas, Delegado Edson Moreira e Joaquim Passarinho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à discussão e votação das Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017 (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018). A Presidente dá início à apreciação das propostas de Emenda ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017 (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018), apresentadas no âmbito desta Comissão. Autoria do Projeto: Presidência da República. A Presidência comunica que foram apresentadas 28 (vinte e oito) propostas de Emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias no âmbito desta Comissão, e procede à leitura de seu Relatório, que conclui pela apresentação de 2 (duas) Emendas de Metas e Prioridades e 4 (quatro) emendas de texto. Em discussão o Relatório. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o Parecer é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o Parecer é aprovado. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017, (PLDO) a seguir relacionadas: Emenda nº 9-CMCVM - EMENTA: 14XS - Construção da Casa da Mulher Brasileira - Com. Def Mulher - Prof • Dorinha; PROGRAMA: 2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; AÇÃO: 14XS Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca; ACRÉSCIMO DA META: 20 unidades implantadas/aparelhadas/adequadas; INICIATIVA: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (renumerada como Emenda nº 1-CMCVM); Emenda nº 25-CMCVM - EMENTA: Comissão Mista de Combate a violência contra mulher; PROGRAMA: 2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; AÇÃO: 210B Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; ACRÉSCIMO DA META: 1000 serviços apoiados; INICIATIVA: Deputada Flávia Morais (renumerada como Emenda nº 2-CMCVM); Emenda nº 11-CMCVM - EMENTA: Enfrentamento da Violência Doméstica contra as Mulheres; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto proposto: 65 - Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07/06/2006); INICIATIVA: Senadora Ana Amélia (renumerada como Emenda nº 3-CMCVM); Emenda nº 15-CMCVM - EMENTA: CDH/ MULHER - LIMITAÇÃO DE EMPENHO AÇOES ENFRENTAMENTO VIOLENCIA DOMESTICA



CONTRA MULHER; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto proposto: 65 - Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07/06/2006); INICIATIVA: Senadora Angela Portela (renumerada como Emenda nº 4-CMCVM); Emenda nº 16-CMCVM - EMENTA: CDH/MULHER - TRANSPARENCIA PARA DESPESAS DESTINADA AO ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 11 – Inciso XXV; Texto proposto: XXVI - resumo das políticas públicas de Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres; INICIATIVA: Senadora Angela Portela (renumerada como Emenda nº 5-CMCVM); Emenda nº 28-CMCVM - EMENTA: Implantação de Casas da Mulher Brasileira; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 61; Texto proposto: Incluir item - na LDO 2018 - a implantação de Casas da Mulher Brasileira no território brasileiro que é uma inovação no atendimento humanizado às mulheres. Integra no mesmo espaço serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra às mulheres; INICIATIVA: Senadora Vanessa Grazziotin (renumerada como Emenda nº 6-CMCVM); A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às catorze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Elcione Barbalho, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputada ELCIONE BARBALHO
Presidente

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2^a Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. (Pausa.)

A presente reunião destina-se à apreciação das propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentadas no âmbito desta Comissão.

A Presidência informa que foi aberto o prazo para apresentação das propostas de emenda entre os dias 30 de junho e 3 de julho.

Esgotado o prazo, foram apresentadas 28 sugestões que se encontram disponíveis às senhoras e aos senhores membros desta Comissão.

Passo agora à leitura do relatório.

Eu gostaria de dar como lido o relatório. (Pausa.)

Voto.

Todas as emendas sugeridas cumprem os critérios de aderência às competências desta Comissão e apresentam inequívoco mérito quanto a sua relevância para o combate à violência contra a mulher.

Em face das restrições regimentais, somos instados a indicar apenas duas dentre as propostas de emenda ao anexo de prioridades e metas. É nosso entendimento que devam ser acolhidas como prioritárias as ações: 210B – Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, com meta de 1.000 serviços apoiados, objeto das emendas nºs 10, 14, 22 e 25; e 14XS – Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca, com meta de 20 unidades implantadas/aparelhadas/adequadas, sede das emendas nºs 9, 18 e 27, restando as demais rejeitadas desta feita, em que pese seu elevado valor. Opinamos, ademais, que as quatro sugestões de emenda ao texto do projeto de lei sejam integralmente acolhidas.



Acatada a posição desta relatoria, deve esta Comissão, na sequência, formalizar a decisão em ata e apresentar as emendas aprovadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Deputada Elcione Barbalho, Presidente e Relatora. (Pausa.)

Eu quero comunicar ao Plenário que a Deputada Carmem Zanotto está subscrevendo também as nossas emendas.

Em discussão o relatório apresentado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação da matéria.

Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata desta reunião.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada na Câmara dos Deputados.

As Sras Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada no Senado Federal.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

